

A tradução deste texto para português está em curso.

inglês

 Traduções já disponíveis nas seguintes línguas: [en](#).

Swipe to change

Base de dados sobre o direito dos consumidores

Uma ferramenta para proporcionar a todas as pessoas um acesso fácil às regras nacionais que transpõem as principais diretivas da UE em matéria de defesa do consumidor nos Estados-Membros da UE.

A quem pode interessar?

A todos: desde os consumidores às empresas, bem como aos profissionais da justiça e às autoridades com funções coercivas.

O que inclui?

Inclui:

- as principais diretivas da UE em matéria de direito dos consumidores
- as medidas que transpõem tais diretivas para o direito nacional
- as decisões judiciais de países da UE e do Tribunal de Justiça da União Europeia
- a prática administrativa nacional neste domínio.

Como funciona?

Ajuda os consumidores, as empresas, os advogados, os magistrados, etc., a verificar rapidamente os direitos e obrigações decorrentes da legislação relativa à proteção dos consumidores.

Em que modo se integra na política global da UE em matéria de proteção dos consumidores?

Visa sensibilizar para a legislação da UE relativa à proteção dos consumidores, tornar mais fácil o cumprimento das normas neste domínio e reforçar a sua aplicação.

Para que esta base de dados seja o mais completa e fácil de utilizar possível, utilize este formulário para enviar as suas observações.

País

Transposições nacionais das diretivas da UE sobre o direito em matéria de proteção dos consumidores. Esta base de dados inclui, para cada Estado-Membro, o material mais pertinente em matéria de jurisprudência e doutrina jurídica, bem como outro tipo de material tal como atos administrativos de organismos nacionais oficiais.

Bélgica	Bulgária
Chéquia	Dinamarca
Alemanha	Estónia
Irlanda	Grécia
Espanha	França
Croácia	Itália
Chipre	Letónia
Lituânia	Luxemburgo
Hungria	Malta
Países Baixos	Áustria
Polónia	Portugal
Roménia	Eslovénia
Eslováquia	Finlândia
Suécia	

Execução

Os instrumentos que garantem a aplicação correta das diretivas e, por conseguinte, a proteção dos consumidores, por Estado-Membro. Estes instrumentos estão agrupados em três categorias: execução administrativa, execução perante os tribunais, sanções e outras. Estão resolvidas, entre outras, as seguintes questões: os instrumentos utilizados, quem está habilitado para os utilizar, quais os procedimentos e requisitos, a diferença entre sanções civis e penais ou se existe um organismo de resolução alternativa de litígios.

Bélgica	Bulgária
Chéquia	Dinamarca
Alemanha	Estónia
Irlanda	Grécia
Espanha	França
Croácia	Itália
Chipre	Letónia
Lituânia	Luxemburgo
Hungria	Malta
Países Baixos	Áustria
Polónia	Portugal

Diretiva

As diretivas em vigor e revogadas sobre o direito em matéria de proteção dos consumidores. Para cada artigo, a base de dados inclui a jurisprudência e doutrina jurídica, bem como outro tipo de material tais como atos administrativos e decisões de outras autoridades oficiais. O material está organizado por país, o que permite comparar as diferentes interpretações e aplicações.

- Price Indication Directive
- Consumer Sales and Guarantees Directive
- Unfair Commercial Practices Directive
- Misleading and Comparative Advertising Directive
- Timeshare Directive
- Injunctions Directive
- Consumer Rights Directive
- Unfair Contract Terms Directive
- Package Travel Directive
- Doorstep Selling Directive
- Package Travel Directive
- Timeshare Directive
- Distance Selling Directive

Resumo

O objetivo de cada diretiva, os seus aspetos mais salientes e a data de entrada em vigor. Esta secção inclui igualmente o contexto e atos conexos da UE.

- Diretiva relativa às vendas à distância (97/7)
- Diretiva relativa às viagens organizadas (90/314)
- Diretiva relativa às vendas ao domicílio (85/577)
- Diretiva relativa à utilização periódica de bens (94/47)
- Diretiva Conteúdos Digitais
- Diretiva venda de bens
- Diretiva ações coletivas
- Diretiva relativa à utilização periódica de bens (2008/122)
- Diretiva relativa à venda e garantia de bens de consumo (1999/44)
- Diretiva relativa à indicação dos preços (98/6)
- Diretiva relativa às práticas comerciais desleais (2005/29)
- Diretiva relativa à publicidade enganosa e comparativa (2006/114)
- Diretiva relativa às ações inibitórias (2009/22)
- Diretiva relativa aos direitos dos consumidores (2011/83)
- Proteger os consumidores contra as cláusulas abusivas nos contratos (93/13)
- Viagens organizadas (2015/2302)

Roméia
Eslováquia
Suécia

Eslovénia
Finlândia

Última atualização: 08/10/2020

Manutenção da página: Comissão Europeia. As informações constantes desta página não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão declina toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Quanto às regras de direitos de autor aplicáveis às páginas europeias, queira consultar a «advertência jurídica».